

# Nova gestão da Adua toma posse

Fotos: Anderson Vasconcelos



Os membros da chapa “Adua Autônoma: Resistência e Luta”, que venceu o pleito com 261 votos, permanecem à frente da seção sindical durante o biênio 2014/2016. **Página 3**

## ■ ENTREVISTA

### Diretoria da Adua faz balanço da gestão 2012/2014

Avaliada como positiva, a gestão, segundo o presidente José Belizario enfrentou a precarização como entrave. **Página 9**



## ■ ABANDONO

### Precarização compromete ensino na Ufam

Infraestrutura inadequada e déficit de mão-de-obra são um dos problemas que põe em xeque qualidade do ensino na Ufam e expõe a perversa política de expansão do ensino superior. **Página 6-7**

## ■ DESDOBRAMENTOS

### CCAM realiza Audiência Pública para denunciar assédio moral na Ufam

**Página 4**

## ■ LUTA

### Greve dos técnicos chega ao fim sem negociação

**Página 5**

Passada a euforia e dissipada a fumaça pirotécnica, estamos de volta à realidade. A força do real, constituído pelas contradições da desigualdade social que avança em todos os campos da existência coletiva, termina sempre por irromper no cotidiano da vida. A perda da “copa das copas” nas quatro linhas pela seleção brasileira não abriga nenhuma comensurabilidade com a derrota que o sociometabolismo do capital impõe ao dia a dia “de mil-e-tantas misérias” vivido pela maioria do povo brasileiro. Porque, “uma coisa é por ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue”. Créditos a Guimarães Rosa. Por isso, impõe-se manter viva a pergunta, sempre. O que toca o social, toca a educação. Nesta edição pós-copa 2014, nosso jornal põe em foco a triste realidade dos professores do ICB/UFAM subme-

tidos a péssimas condições de trabalho naquela. É a constatação de que a política publicitária da expansão do ensino superior não resiste à precarização que invade e compromete o trabalho docente no ensino superior público exigindo do professor, antes de fazer ciência, como na reportagem, atuar como pedreiro, pintor e bombeiro hidráulico. Nos descaminhos da precarização e do adoecimento, volta à tela nesta edição a denúncia da prática do assédio moral no interior da UFAM. Como forma de fortalecer a luta dos servidores contra essa nem sempre manifesta violência, a Comissão de Combate ao Assédio Moral (CCAM) na UFAM realiza no mês de agosto próximo uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Também neste número do nosso combativo feito de letras e de lutas registramos que, com 261

votos, a chapa “Adua Autônoma: Resistência e Luta” foi eleita para assumir a diretoria da ADUA no biênio 2014/2016. No total, 272 professores compareceram às urnas, o que representou um acréscimo de 61% em relação ao pleito anterior, em 2012. Sinal de que a boa e digna luta mantida por nosso sindicato se enraíza e se fortalece na base. Não há teoria forte sem a firmeza da prática. Diante dos tempos cinzentos do capital somente a práxis do futuro edificada no presente histórico. A propósito, ressaltamos neste exemplar a longa e histórica greve construída pelos companheiros técnico-administrativos da UFAM. Quando a causa é nobre e justa a luta sempre haverá de se renovar, mesmo quando a arrogância e a intransigência do governo ameaçam e pretendem inibir a força de quem não abdica dos ideais coletivos.

## Notas

### Defasagem

Estudo elaborado pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no ANDES-SN e divulgado no final de maio mostra a grande perda de poder aquisitivo que os docentes das Instituições Federais de Ensino vêm amargando ao longo dos anos. Apesar dos reajustes anunciados pelo governo, os salários seguem defasados, e, mesmo em março de 2015, quando entrará em vigor a última parcela da alteração feita pela Lei 12772, o poder de compra de grande parte da categoria permanecerá abaixo do patamar de julho de 2010, data em que passou a vigorar a última tabela da Lei 11.784/2008. O levantamento comprovou que a remuneração continua corroída pela inflação e que o reajuste, parcelado em três anos, não recompõe o poder aquisitivo da categoria. O estudo apresentou cenários comparativos mês a mês e analisou o reajuste no período em contrapartida com a inflação acumulada.

### Sindicatos x Partidos

Matéria publicada no jornal Diário do Amazonas, no dia 1º de junho, revela que mais da metade, ou 52,13%, dos membros efetivos das diretorias dos cinco principais sindicatos classistas no Amazonas são filiados a partidos políticos. As cinco entidades reúnem juntas 117 membros de direção, dos quais 61 são filiados a partidos. Conforme os dados, a maioria dos diretores pertence ao PT e ao PCdoB.

Baseado em informações dos partidos enviadas ao controle de filiações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o levantamento mostra ainda que três partidos políticos têm presidentes em dez dos 15 sindicatos com maior representatividade no Amazonas. São eles o PT, PDT e PCdoB. O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal), Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Amazonas (Sinteam), Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Amazonas (Sindsep), Sindicato da Construção Civil (Sintracomec), sindicatos

dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Amazonas (Sinpol), dos Bancários do Amazonas (SEEB-AM) e etc.

### Legitimidade

Em decisão proferida na última semana do mês de maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, reconheceu o ANDES-SN como o legítimo representante dos docentes, conforme registro sindical parcial concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também foi negado provimento ao recurso em mandado de segurança impetrado pelo Proifes contra ato do ministro do Trabalho e Emprego e decisão posterior do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor do ANDES-SN. Para o ministro, o acórdão do STJ “ajusta-se, integralmente, à orientação jurisprudencial que esta Suprema Corte firmou a propósito da matéria em análise”, pois reconheceu a validade jurídica do ato praticado pelo ministro do Trabalho que concedeu, provisoriamente, o registro parcial ao ANDES.

### Contrato

O Tribunal de Contas da União determinou anulação de contrato firmado entre a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e uma empresa de reprografia por irregularidades encontradas na licitação. O contrato foi assinado em dezembro do ano passado entre a Ufam e a empresa Novaes Soluções em Informática Ltda. ao custo de R\$ 1,7 milhão e, de acordo com o TCU, outras quatro empresas que participaram da concorrência foram desclassificadas irregularmente do certame. Segundo o relator do processo, ministro do TCU Augusto Sheman Cavalcanti, a regra da licitação estabelecia que seria vencedora a empresa que apresentasse o menor preço, o que, segundo o relator, não foi obedecido. No relatório do processo, consta que quatro empresas apresentaram propostas que variavam entre R\$ 831 mil e R\$ 1,334 milhão, valores menores que a proposta da empresa vencedora que apresentou o valor de R\$ 1,7 milhão pelo serviço de reprografia.

## charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

**Diretoria:** José Belizario (Presidente), Rafael Bellan de Souza (Vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2ª secretária) e Ana Cristina Belarmino (tesoureira).

**Coordenador de Comunicação:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

**Jornalista Responsável:** Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Reportagem:** Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

**Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

**Fotografias:** Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra

**Impressão:** Gráfica Silva. 2000 exemplares.

**Fone/Fax:** (92) 3088-7009/ 3305-4103

**e-mail:** aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:** Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: [www.adua.org.br](http://www.adua.org.br)



## Renovação da Luta

# Nova diretoria da Adua toma posse e assume seção sindical até 2016

Foto: Anderson Vasconcelos

Os sete membros da nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua), eleitos em maio deste ano pela categoria docente, tomaram posse no último dia 17 de julho durante uma Assembleia Geral (AG) na sede da entidade. Os integrantes da chapa “Adua Autônoma: Resistência e Luta”, que venceu o pleito com 261 votos, permanecem à frente da seção sindical durante o biênio 2014/2016.

Em tom de despedida, o ex-presidente da Adua, José Belizario agradeceu aos companheiros de diretoria, funcionários da seção sindical e professores Jacob Paiva, Aloysio Nogueira e Osvaldo Coelho, apontados por ele como representantes da categoria docente. “Estes três companheiros sempre estiveram presentes em momentos cruciais, assim como movimentos como o Coletivo Tucandeira, a CSP/ Conlutas, e outros”, afirmou.

### Balanco

Fazendo um balanço do trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, antes da posse da nova diretoria, o então presidente da Adua, professor José Belizario, avaliou de maneira positiva a gestão, mas sem deixar de lado a autocrítica.

“Conseguimos dar continuidade aos trabalhos realizados por gestões anteriores, ouvindo a categoria docente e mantendo o respeito pela ADUA, conquistado com muito esforço e lutas pelas diversas diretorias que nos antecederam. Dialogamos com os docentes de Manaus e das unidades fora da sede e entendemos que tivemos avanços, limites e desafios para conseguir atingir todos os objetivos almejados”, afirmou.

Belizario destacou ainda conquistas alcançadas pelo sindicato, no biênio 2012/2014, como a eleição, posse e reunião histórica do Conselho de Representantes

“Para Oliveira, o presidencialismo deve ser apenas uma formalidade e não cotidiano da gestão. “Cada companheiro tem o mesmo nível de responsabilidade nesta gestão”.

disse o novo presidente da Adua, Alcimar de Oliveira

da Adua (Crad); regularização do desconto sindical dos filiados; intensificação da campanha de filiação dos docentes; e a reforma do espaço físico da sede, visando melhorar o acolhimento e atendimento aos sindicalizados.

Além disso, a diretoria ressaltou o esforço na cobrança de respostas à Administração Superior da Ufam em relação à retomada e conclusão de questões como o processo estatuinte, a concessão de férias a docentes afastados para capacitação, o pagamento de Gratificação Especial de Localidade (GEL) e o direito à aposentadoria especial por insalubridade aos servidores públicos, que ainda não foram garantidos pela instituição.

Concluindo a fala, o ex-presidente parabenizou a nova diretoria e afirmou estar certo de que a nova gestão “dará continuidade ao nosso trabalho e terá muito sucesso, em virtude da vasta experiência, comprometimento e responsabilidade de cada novo diretor”. “A nossa ADUA continuará cada vez mais ‘Véia de Guerra’ e defendendo os princípios de nossa seção sindical e do ANDES-SN, a defesa intransigente de uma universidade pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada”, disse.

Já o recém-empossado presidente da entidade, José Alcimar de Oliveira, em seu primeiro pronunciamento à



Durante sua fala o novo presidente da Adua relembrou a importância de todos os diretores que já estiveram à frente da entidade.

### Adua Autônoma: Resistência e Luta

- Presidente – José Alcimar de Oliveira (ICHL)
- 1ª Vice-presidente – Lino João de Oliveira Neves (ICHL)
- 2º Vice-presidente – Aldair Oliveira de Andrade (IEAA/Humaitá)
- 1º Secretária – Ana Lúcia Gomes (ICB)
- 2ª Secretário – Antônio Batista da Silva (FCF)
- 1º Tesoureiro – José Humberto Michiles (FES)
- 2º Tesoureira – Ana Cristina Belarmino de Oliveira (FCA)

### Chapa 1 – ANDES-SN de luta e pela base

A chapa “ANDES-SN de luta e pela base” é composta por Paulo Rizzo (presidente eleito), Claudia March (secretária-geral eleita) e Aauri Frago (tesoureiro eleito). A lista completa com os 83 nomes que integram a nova diretoria foram divulgados por meio da Circular nº 004/CEC/14.

frente da seção sindical, ressaltou a importância de todos os diretores e presidentes que já passaram pela Adua e mantiveram de pé o espírito de luta defendido pelo ANDES-SN.

“Essa seção sindical cuida e defende o mais importante patrimônio institucional desse país, a universidade pública. E seria impossível estar aqui se outros companheiros já não tivessem estado e mantido de pé a nossa velha Adua”, disse.

Para Oliveira, o presidencialismo deve ser apenas uma formalidade e não cotidiano

da gestão. “Cada companheiro tem o mesmo nível de responsabilidade nesta gestão”, afirmou.

Representantes de movimentos como Projeto Jaraqui, Educar para a Cidadania, Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) e Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) também estiveram presentes no evento.

Durante as falas, a representante da ANEL, e aluna do primeiro período do curso e direito da Ufam, Débora Masulo, destacou a satisfação em estar presente na posse

de uma nova gestão e relembrou as lutas travadas em parceria com a seção sindical.

“Na greve de 2012 fiz parte do comando de mobilização do Ifam, quando ainda cursava o Ensino médio. Então sempre estive em parceria com a Adua, um sindicato importante que sabemos que não se atrelar ao governo”, disse.

O representante do MEPR, estudante do curso de Pedagogia, Eli Souza, reforçou a parceria com a entidade, pondo o movimento à disposição para a continuidade da luta por uma escola pública, de qualidade e socialmente referenciada.

“Estamos juntos com a Adua, seja acampando ou indo às ruas”, afirmou.

O professor aposentado e representante do movimento Educar para Cidadania, que todas as quartas-feiras promove debates sobre temas de interesse da sociedade na sede da Adua, parabenizou a recém-empossada diretoria e a agradeceu a anterior pelo companheirismo.

“Agradecemos pelo espaço cedido e continuamos lutando com o movimento e com os professores da Ufam”, afirmou.



## Parlamento

# CCAM debate Assédio Moral em audiência pública na ALE

Foto: Annyelle Bezerra

**A**pós uma rodada de reuniões com instituições de defesa dos direitos coletivos, trabalhistas, da saúde e da cidadania, a Comissão de Combate ao Assédio Moral na Ufam (CCAM) realizará, no dia 28 de agosto de 2014, uma Audiência Pública, na Assembleia Legislativa do Estado (ALE) do Amazonas, para debater o fenômeno do Assédio Moral no Serviço Público.

Os relatos de assédio moral e o adoecimento de servidores da Universidade Federal do Amazonas, por causa desta forma de gestão, aproximaram a CCAM de movimentos internacionais e nacionais que enfrentam este tema. Além disto, instituições protetoras da democracia e da cidadania, como Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Conselho Regional de Medicina (Cremam) foram convidadas a participar do debate público para conhecer melhor o tema e para intervir em favor de uma solução pacífica e construtiva.

Após várias reuniões com entidades médicas de apoio psicossocial e com instituições protetoras da cidadania, a Comissão de Combate ao Assédio Moral na Ufam vem efetuando um cauteloso e árduo trabalho para organizar documentos que desvelem fatos de grande gravidade que estão acontecendo no interior desta Instituição Federal de Ensino. Estes fatos, decorrente de uma concepção gerencial autoritária, estão causando o adoecimento de muitos servidores no ambiente de trabalho e provo-



Em junho, o defensor público-chefe Edilson Santana Gonçalves Filho recebeu da CCAM um dossiê com os relatos dos assediados

cando a deterioração das condições necessárias ao exercício da profissão.

O objetivo é sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre este fenômeno desumanizador, além de solicitar a apreciação e as providências cabíveis às instituições responsáveis em combater o Abuso de Poder.

De igual modo, o objetivo da Audiência Pública é compor uma Carta de Compromisso para o enfrentamento ao assédio moral no serviço público e de proteção

**O objetivo é sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre este fenômeno desumanizador, além de solicitar a apreciação e as providências cabíveis**

à saúde física e psíquica dos assediados.

A Comissão de Combate ao Assédio Moral na UFAM estruturou três linhas de atuação: atendimento psicossocial digno aos adoecidos pelo assédio moral, pois a audiência pública no Senado da República definiu que a instituição que assedia e adoeca o servidor não pode cuidar do mesmo. Seria contraproducente; pesquisa científica com o objetivo de entender o fenômeno assédio moral que vem se espa-

lhando no funcionalismo público; e proteção judicial para os assediados.

Os documentos reunidos até agora pela CCAM na UFAM estão organizados em 87 páginas. Estes documentos revelam de forma detalhada as humilhações e perseguições sofridas por 14 servidores assediados, por enquanto. Mais 32 casos relatados por servidores estão em fase de organização da documentação necessária para compor o documento.

## Luta contra privatização dos HUs segue pelo Brasil

Desde que o então presidente Lula assinou a Medida Provisória 520/2010, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), professores, técnico-administrativos em educação, estudantes e usuários dos Hospitais Universitários (HUs) vêm construindo debates e mobilizações para problematizar a proposta de adesão dos hospitais à empre-

sa. Três anos e meio depois, a Ebserh virou uma triste realidade em alguns HUs, terceirizando a contratação de trabalhadores, dissociando o ensino da pesquisa e da extensão na área da saúde e não garantindo o funcionamento adequado dos estabelecimentos com atendimento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, de norte a sul do

país, os movimentos sociais e sindicais ligados à defesa da educação e da saúde públicas seguem mobilizados para barrar a entrada Ebserh em universidades que optaram por não aderir à empresa. Mesmo nas lfes onde a adesão foi imposta à comunidade acadêmica, a luta continua para tentar reverter a adesão e denunciar a privatização dos HUs.

Em Campina Grande, na Paraíba, o Fórum em Defesa do SUS da cidade e a Associação de Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (Adufcg-SSind) reuniram-se com o procurador da república Bruno Galvão Paiva para buscar informações sobre o andamento do pedido de apuração das ilegalidades praticadas pela Reitoria da UFCG na pro-

moção da adesão da universidade à Ebserh.

Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), o Ministério Público Federal (MPF) moveu ação civil pública com pedido de liminar para que a universidade e a União concluam, autorizem e promovam concursos públicos para cargos efetivos, substituindo todos os funcionários bolsistas.



■ Sem avanços

# Greve dos técnicos chega ao fim após cem dias

Foto: Divulgação Sintesam

Os técnico-administrativos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) retornaram às atividades na última quinta-feira do mês de junho, 26, após 100 dias de greve por melhores condições de trabalho e pelo aprimoramento da carreira. A decisão de encerrar o movimento paredista foi tomada dois dias antes, na terça-feira, 24, em Assembleia Geral (AG) realizada no prédio da Reitoria, que reuniu cerca de 200 trabalhadores. Mas, o encerramento do movimento paredista não põe fim à luta da categoria.

Mesmo sem ter tido qualquer espaço para negociação junto ao governo federal, em mais de três meses em greve, os técnicos avaliaram positivamente a necessidade de manter a mobilização. Por isso, aprovaram a continuidade das discussões sobre a pauta local de reivindicação, em especial a criação dos turnos contínuos de trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) vai manter a categoria informada a respeito da agenda de luta.

A volta ao cumprimento regular das atividades só ocorreu em virtude da decisão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Napoleão Nunes Maia Filho, tomada no dia 13 de junho e que determinou o fim da paralisação, devendo

os técnicos “retomar imediatamente o desempenho dos seus deveres e obrigações funcionais”. Caso contrário, seria aplicada multa diária de R\$ 200 mil à entidade representativa da categoria.

Nunes é o relator da Petição nº 10.536 – DF, cujos requerentes são as universidades e institutos federais, entre eles a Ufam, e entre os requeridos as seções sindicais de trabalhadores dessas instituições.

Apesar de a liminar concedida às universidades e da intransigência do governo, que tinha tudo para fazer esmorecer o movimento, o retorno dos trabalhadores no dia 26 de junho às suas ocupações também foi marcado por surpresa. É o que mesmo ministro do STJ exigiu, na véspera, que o governo negociasse com os trabalhadores. Napoleão determinou à Administração Pública promover, até o dia 30 do mesmo mês, uma reunião com os dirigentes das entidades representativas dos trabalhadores em educação.

O ultimato dado pelo ministro do STJ foi claro: “a retomada das negociações, com urgência”. O governo deve restabelecer imediatamente o diálogo, avançando nas negociações, com a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional



Técnicos mantêm expectativa pela negociação por parte do governo

e Tecnológica (Sinasefe), e suas respectivas seções sindicais.

Na decisão, o ministro proíbe ainda “que sejam efetuados quaisquer descontos nas folhas de pagamento dos servidores públicos referentes aos dias computados como de greve, bem como que sejam anotados os respectivos dias com faltas injustificadas”. Caso as determinações não sejam atendidas, será cassada a liminar que determinou o retorno imediato dos trabalhadores em educação ao exercício de suas atividades.

Em nota, a Fasubra, impetrante do embargo de declaração contra a liminar que judicializou a greve dos Servidores Públicos Federais (SPF), afirmou que os “próximos passos serão acompanhados jurídica e politicamente pela assessoria e diretoria da entidade”. O mérito desta petição será ainda objeto de julga-

mento na Turma de Ministros.

## Retorno às atividades

A decisão do ministro Maia Filho trouxe novo ânimo à categoria na Ufam. “Todo mundo estava ‘pra baixo’. Mas, essa notícia nos deixou empolgados com a expectativa da abertura de negociação. Isso dá mais ânimo ao movimento”, disse a coordenadora-geral do Sintesam, Crizolda Araújo, que teve conhecimento do assunto por meio de uma mensagem enviada por um diretor da Fasubra.

Crizolda não descarta a possibilidade de retomada do movimento paredista na Ufam, porém isso dependerá do andamento das negociações. “Vamos esperar até o fim do prazo dado pelo STJ”, afirmou, acrescentando que membros da diretoria do Sintesam e integrantes do Comando de Mobilização devem se encontrar para

nova avaliação de conjuntura.

De acordo com um dos integrantes da Coordenação Geral do Sintesam e membro do Comando Local de Mobilização, Carlos Almeida, a pauta reivindicatória dos técnicos é de 2005, mas não avança por parte do governo. “A universidade está precarizada e o que foi apresentado pelo governo como parte da negociação é uma agressão. A luta está posta, pois é inaceitável que se perpetue o assédio moral contra a nossa categoria em todos os sentidos”, disse.

Reivindicações – Os trabalhadores reivindicam o aprimoramento da carreira, com piso inicial de três salários mínimos e step de 5% (com base no acúmulo histórico da categoria); ascensão funcional; reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado realizados fora do país para incentivo à capacitação; aproveitamento de disciplinas de pós-graduação para pleitear progressão por capacitação profissional; e turnos contínuos com jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial, com intuito de manter a universidade funcionando nos períodos da manhã, tarde e noite.

Além disso, os servidores pedem a revogação da lei que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e delegou à ela a gestão dos hospitais universitários.

## Conselho

# 59º CONAD do ANDES-SN ocorre em Aracaju no fim de agosto

Foto: Annyelle Bezerra

“Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública”. Este é o tema central do 59º CONAD do ANDES-SN, que ocorrerá de 21 a 24 de agosto, na cidade de Aracaju, Sergipe. O encontro, sediado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS-SSind), deve reunir professores de todas as seções sindicais filiadas ao Sindicato Nacional.

A Adua será representada no evento pelo professor Alcimar Oliveira, recém-empossado presidente da seção sindical. Ele foi escolhido pela catego-

ria, logo após a cerimônia de posse da nova diretoria, em Assembleia Geral realizada no dia 17 de julho, conforme orienta o Estatuto do ANDES-SN.

As seções sindicais também podem indicar, em suas instâncias deliberativas, seus observadores, que terão direito a voz durante o CONAD.

Já os docentes sindicalizados diretamente em secretarias regionais poderão eleger um delegado por meio de assembleia geral em cada secretaria.

O credenciamento prévio de delegados e observadores poderá ser realizado até o dia 20 de agosto. Já durante o CO-



AG dos professores aprovou indiciativo de greve e depois recuou

NAD, o credenciamento será realizado no dia 21 de agosto.

## Contribuições

As discussões durante o evento serão pautadas pelos assuntos contidos no Cader-

no de Texto do CONAD, cujo papel é socializar debates e formulações da categoria, e de ajudar a construir as sínteses necessárias ao movimento docente para o próximo período

de lutas e mobilizações.

O material contempla textos da diretoria, de seções sindicais de e sindicalizados. Aqueles enviados de 9 de junho até 5 de agosto farão parte dos anexos do Caderno de Textos. O material está organizado conforme as temáticas: Tema I - Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º Congresso; Tema II - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores; Tema III - Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores; e Tema IV - Questões organizativas e financeiras.



## ■ Precarização

# Falta de condições de trabalho

**D**urante quatro meses de 2013, o professor Dr. Wallace Duncan, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), teve que conciliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão com um trabalho que jamais pensou que um dia fosse realizar na instituição: o de “mestre de obras”. Depois de tanta insistência no pedido por um espaço adequado para o trabalho, Duncan, com apoio de estudantes, decidiu ocupar uma área abandonada na própria unidade acadêmica, onde funcionava uma lanchonete, e arregasar as mangas. Literalmente.

Foram vários sábados, domingos, feriados e até mesmo turnos à noite para dar conta da obra e preparar o ambiente para continuar realizando as atividades de ensino e pesquisa na universidade. Junto com os discentes, preparou a massa para reboco, pintou as paredes da sala, instalou a pia, fez reparos na rede hidráulica e elétrica, e até o transporte da mobília e dos equipamentos de pesquisa para o “novo” espaço.

A atitude do docente pode ser encarada com certa reprovação pelos colegas que não estariam dispostos a fazer o mesmo. Pode ainda mostrar o grau de comprometimento e empenho do professor com a atividade fim da instituição. E mais que isso: revela a faceta mais cruel da precarização do ensino superior no Brasil, onde faltam condições de trabalho e valorização profissional, e sobram problemas.

Até que ponto é preciso ir para prestar um serviço público de qualidade e garantir o direito constitucional à educação? O que mais precisam fazer os professores federais para manter o tripé da universidade, enquanto o governo alardeia o aumento das vagas nas universidades, sem oferecer condições?

Professora da Ufam há 24 anos, a bióloga Lúcia Makarem, realiza suas atividades no Laboratório de Embriologia, num espaço onde ministra as aulas, realiza atividades práticas, faz atendimento aos alunos e outros colegas de trabalho, tudo num só lugar. Na sala, há apenas duas fileiras de carteiras e os estudantes não podem retirá-las do lugar, para não comprometer ainda mais o uso do reduzido espaço.

Com o aumento no número de vagas, a professora se desdobra para preparar uma aula de qualidade e conseguir reunir a turma naquele espaço. “Eu acabo fazendo uma aula teórico-prática aqui dentro. Só que com esse aumento absurdo de demanda, agora eu tenho de 30 a 35 alunos”, disse a professora.

Antes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo governo em 2007 e que possibilitou a ampliação da oferta de vagas, a docente tinha, no máximo, 25 alunos por turma. “Depois do Reuni, não houve ampliação do espaço. É tudo engatilhado!”, reclamou.

Makarem, que atualmente ministra disci-



**Sem espaço adequado para realizar pesquisa, professor Wallace Duncan usa criatividade para não parar os trabalhos**



**Professora Makarem dá aula, realiza atividades práticas e faz atendimento num só lugar**

plina para turmas dos cursos de Ciências Biológicas, Farmácia e Medicina, afirma que essa situação tem comprometido a formação dos estudantes e ainda a qualidade do trabalho dos docentes. “Sem falar que essa é uma disciplina que por vários anos eu tenho lutado para que ela tenha uma carga horária prática”, disse a especialista em Morfologia Humana, acrescentando que isso não ocorre por falta de condições objetivas para manuseio de feto. Atualmente, só usa material anatômico feito de produtos descartáveis.

Em outras ocasiões, a docente ministra aula em uma sala em frente ao Laboratório, onde a situação não é mais favorável. Nas janelas, na falta de basculante, a solução “provisória” é o papelão; e nos vidros, papel alumínio – item que serve para embalar os alimentos. Questionada se o sistema de refrigeração da sala funciona, a docente ironiza: “Jura que quer ouvir?”. A professora, que também foi aluna na instituição, lamenta que pouca coisa tenha mudado nos últimos anos.

“Nunca tivemos tantos alunos em torno de um microscópio”, ressalta o professor José Fernando Marques, chefe do Depar-

“A nossa luta agora é para que o novo espaço seja entregue, para que nossos problemas sejam momentaneamente resolvidos”

Professor Jarbas Pereira

tamento de Morfologia – um dos quatro do ICB, revelando que não é somente a questão infraestrutural do Instituto que preocupa. A escassez de equipamentos também reflete diretamente na execução das atividades e na qualidade do ensino. “A dinâmica na sala não dá [com essas condições]. Não tem logística pra isso!”, afirma.

Marques ministra, nesse período, aulas de ‘Histologia’ para duas turmas de Medicina, totalizando cerca de 60 alunos. “Chefia não tira você de sala de aula. Continuo com ensino, pesquisa e extensão normalmente”, disse. Para o chefe, a realidade está longe da situação ideal, mas ele explica como é

possível atingir o objetivo das aulas. “O aluno é diferenciado. Apesar das dificuldades, ele fica após as aulas, às vezes no horário de almoço, para continuar usando o equipamento. Se não fosse isso...”, afirmou.

Ele relata que o compromisso de muitos docentes com a universidade extrapola questões relativas aos deveres do servidor. “Você acaba tirando recurso de projeto ou mesmo do próprio bolso para comprar um produto de melhor qualidade e continuar o trabalho nas salas de aula”, afirmou. O docente citou o caso de uma professora que possui um saco com adaptadores para auxiliar no uso dos instrumentos nos laboratórios. “As tomadas não são compatíveis com os equipamentos. Ou o professor compra o adaptador ou não pode usá-los”, lamenta o chefe, professor da Ufam há duas décadas.

Mais recente na docência universitária, em relação aos professores citados anteriormente, a docente Maria Inês Braga também enfrenta condições precárias na execução das atividades diárias. “Quando participei da seleção em 2009, encontrei as mesmas condições da época em que fui aluna: a mesma bancada, a mesma tela de projeção, o mesmo tudo. Nada tinha mudado”, disse. A rememoração fez outra docente que acompanhava a conversa soltar trecho de um clássico de Ronnie Von: “a mesma praça, o mesmo banco, as mesmas flores, o mesmo jardim”, lembrando a música de abertura do programa comandado por Carlos Alberto de Nóbrega.

Inês conta, inclusive, que já teve uma crise alérgica durante as atividades didáticas no Laboratório de Histologia, onde ocorrem as aulas práticas. “Foi uma crise como eu nunca tive na vida, em virtude da presença de muito ácaro no ambiente”, lembra. No local, segundo ela, já foram encontrados até escorpiões. A afirmação soou como preságio: na semana seguinte à entrevista, o Laboratório foi interditado por conta da presença do mesmo invertebrado.



# O compromete ensino no ICB

Fotos: Anderson Vasconcelos



**Peças humanas estão armazenadas em recipientes inadequados e tomados por fungos no Laboratório de Anatomia**



**Alunos precisam revezar no uso de microscópios, pois faltam equipamentos.**

A falta de equipamentos também está na lista das dificuldades enfrentadas pela professora. “Tenho uma turma com pelo menos 50 alunos de Medicina e não há sequer 15 microscópios funcionando, sendo que só cinco são novos. Ficam três, quatro estudantes por equipamento, enquanto o número de discentes só aumenta”, afirmou. Para realizar as atividades, a docente informa que seriam necessários 30 microscópios e 20 lupas, outro equipamento básico. No momento, só há disponíveis cinco lupas.

O que o ICB tem em excesso, na opinião da professora, é o comprometimento do corpo docente com a instituição e, principalmente, com os estudantes. “O que há aqui é a boa vontade dos professores, que não se escondem atrás dos problemas. Nós queremos conseguir melhores condições, mais próximas do ideal, mas em compensação não usamos isso como desculpa para não desenvolvermos as nossas atividades”, concluiu.

## Laboratório sucateado

O sucateamento das condições de trabalho e ensino também é latente no Laboratório de Anatomia, que recebe alunos do ciclo básico de todos os cursos das áreas de saúde e biológicas. “O espaço é um grande problema, pois os laboratórios não comportam o tamanho inflado das turmas. Temos um mobiliário extremamente precário e pe-

ças em oxidação, que oferecem riscos a alunos e professores. Além disso, o tanque de armazenamento de cadáveres está com problema no elevador, podendo romper-se e machucar a quem o estiver manipulando”, enumerou o professor Jarbas Pereira, citando que um incidente dessa natureza já ocorreu com um técnico.

No local, os estudantes fazem higienização em uma pia sem acabamento sanitário. E como não há mobília adequada para a colocação de material pessoal, as mochilas ficam dispostas sobre as mesas onde deveriam estar os corpos a serem estudados. Some-se a isso o fato de as peças humanas estarem armazenadas em recipientes tomados por fungos.

De acordo com Pereira, os usuários do Laboratório estão expostos ainda às condições de insalubridade próprias deste tipo de ambiente, por conta do uso de produtos tóxicos como o formol durante as atividades. “A mitigação é complicada porque a estrutura do laboratório não é adequada, mas improvisada”, afirmou. Além disso, segundo Jarbas, a universidade também não tem cedido na quantidade adequada os equipamentos de proteção individual (EPIs) solicitados, como máscaras, óculos, luvas de procedimento e até jalecos descartáveis.

“Todos os anos fazemos a requisição para o semestre, mas nunca vem na quantidade solicitada”, disse, alegando que rece-

beu até o momento cinco caixas de luvas, quantidade suficiente para uma semana. “Os professores costumam comprar o restante”. “Também não recebemos o formol em quantidade suficiente para manter as peças. Ou seja, corremos o risco de perder peças valiosíssimas, pois não se consegue cadáver com facilidade”, acrescentou. Conforme Jarbas, o formol – utilizado na fixação e conservação do cadáver – está a ponto de descarte.

O professor disse acreditar que essa situação pode mudar com a entrega de um novo prédio específico para a área de anatomia. “Hoje nós temos um espaço adequado num laboratório novo cujo prédio está pronto há quase dois anos, mas que ainda não foi entregue”, disse. Entretanto, com o atraso na obra e a perspectiva de aumento nas vagas, ele teme que nem o novo espaço seja suficiente para atender a demanda.

Todos os docentes ouvidos pela reportagem depositam esperança na melhoria “temporária” das condições, com a entrega dos dois novos blocos do ICB. “A nossa luta agora é para que o novo espaço seja entregue, para que os nossos problemas sejam momentaneamente resolvidos”, afirmou Jarbas. As informações contidas na placa da obra dão conta de que o prazo da construção encerrou em 6 de abril de 2014.

Em nota enviada por meio da Assessoria de Comunicação, a Administração Superior da Ufam informa que o prazo da obra foi dilatado “a interesse da Universidade e conforme previsão contratual, tanto devido a peculiaridades no processo de transporte dos materiais biológicos envolvidos na desocupação dos blocos, quanto pela necessidade de ajustes técnicos no projeto, alterando o cronograma inicial”. A previsão é que o 1º bloco seja entregue em agosto deste ano; e o segundo, em novembro.

Os docentes também temem que os problemas voltem a se repetir em breve, pois o projeto de ampliação do Instituto é anterior ao Reuni, quando o ICB tinha outra realidade e, com a instituição do programa do governo, em 2007, e sua repactuação, em 2013, a demanda tende a aumentar.

De acordo com dados da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), há 603 graduandos matriculados no 1º semestre letivo de 2014, somente nos cursos oferecidos pelo ICB. O quantitativo é 42% maior em comparação ao 2º semestre de 2007, época em que o Reuni foi instituído. Naquela ocasião não havia o curso de Biotecnologia. Os números deste ano não incluem ainda os estudantes dos períodos iniciais de Medicina, Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Psicologia, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Agronomia e Engenharia Florestal que também estudam na unidade acadêmica. Pelas contas dos docentes, são mais de 1.000 alunos atendidos pelo ICB.

Às vésperas do processo eleitoral para escolha da nova diretoria do ICB, os candidatos já sabem o que terão pela frente.

## Estudantes ‘compensam’ dificuldade com estratégias

A estudante de Medicina Priscila D’Ávila sente a dificuldade enfrentada pelos professores sempre que tem aulas em um dos laboratórios do ICB, onde ela costuma dividir os equipamentos com outros três, quatro colegas. “A universidade tem estruturas muito antigas. A gente sente dificuldade não só para estudar nesses laboratórios, mas percebe a dificuldade dos professores de realizarem as pesquisas”, disse.

Antes de ser aprovada na instituição, ela cursou até o 4º período de Enfermagem na Universidade do Estado Amazonas. A comparação é inevitável. “A estadual, por ser mais jovem, tem infraestrutura melhor: tinha microscópio para todos, os espaços eram novos, havia projetores em todas as salas. Aqui, os docentes não têm e precisam buscar outras formas para conseguir continuar as aulas”, lamentou.

Para compensar as dificuldades, ela revela as estratégias utilizadas pela turma para prosseguir. “A gente já adquiriu métodos para poder estudar em casa ou com amigos. A gente tira foto, grava vídeo, grava áudio no celular, compartilha no grupo nas redes sociais ou no e-mail da turma. Cada um vai adquirindo maneiras de driblar esses problemas”, disse.

Pedro Paulo Frade e Gabriel Tuda, também estudantes de Medicina, reclamam da falta de condições, mas, assim como Priscila, “compensam” dificuldades com rotina pesada de estudos. “Claro que ainda é uma grande instituição no norte, mas as condições são muito precárias e que prejudicam o ensino”, disse Frade. “Seria muito bom se nós tivéssemos material para dissecação de cadáver, por exemplo”, complementa o estudante, que costuma ficar além das aulas para ampliar os conhecimentos.

Gabriel já conhecia a realidade da Ufam, por meio de familiares que fizeram o mesmo curso, mas não se deixa abater. “Eles sempre me orientaram sobre a universidade, que projetos participar e sobre como estudar utilizando as peças dos cadáveres, que não estão muito conservadas”, afirma o graduando, acrescentando que não depende só do que a instituição oferece para continuar os estudos. “Com certeza, se tivéssemos mais ferramentas de estudo facilitaria o ensino. É claro que a gente fica abalado com esse choque, pois a realidade não corresponde às nossas expectativas. Mas, os alunos não são limitados”.



## Nacional

## Petistas e católicos

Por Welton Oda

Das das maiores instituições em atuação no Brasil, o PT e a Igreja Católica, visceralmente imbricados, compartilham algumas características constitutivas de parcela significativa da população brasileira, nem todas, necessariamente, positivas, claro.

Chama a atenção, por exemplo, a diversidade ideológica. No caso da Igreja Católica, grupos elitistas como a Opus Dei e o "Tradição, Família e Propriedade" (TFP) são considerados tão católicos quanto aqueles mais liberais, como os que professam a Teologia da Libertação. Católicos veneram tanto papas ultra-conservadores, como Bento XVI quanto aqueles de ideias mais avançadas, como João XXIII. Abrindo parênteses: Talvez, nesse momento, alguns protestantes, evangélicos e outros grupos cristãos possam estar con-

cordando com a crítica, por isso, convém lembrar que, apesar de todas as discordâncias que possamos ter, é entre os católicos que existe ainda uma teologia mais avançada e uma compreensão histórica mais coerente do cristianismo. Fecha parênteses.

No PT, a geleia geral é idêntica, há desde conservadores - como Aloísio Mercadante, Antônio Palocci, Paulo Bernardo, Sinésio Campos e Jorge Viana - a militantes ligados a movimentos sociais, como o MST, sindicatos e movimentos feministas e de gênero. Nos dois extremos exibe-se a estrela vermelha como símbolo de unidade. Petistas que defendem a aliança com setores conservadores como os ruralistas, os malufistas, sarneyzistas, a mídia conservadora, usineiros, coronéis e banqueiros, muitas vezes, irmanam-se àqueles que se posicionam contrariamente a estas alianças. Não há, na lógica petis-



ta, apesar das rugas, qualquer problema nesta integração entre opostos, a concórdia, a "comunhão cristã", ao final, prevalece entre os companheiros.

Muitos católicos e petistas, com honrosas exceções, só poderiam mesmo defender que o momento da Copa do Mundo seja só de comemorações e jamais de protestos. Aquele momento em que, de camisa amarela, irmanam-se indígenas e sem-terra, por um lado, a seus assassinos ruralistas, por outro; canavieiros abraçam seus

alagozes usineiros, patrões exploradores dão presentes e sorrisos a trabalhadores explorados, homossexuais e homofóbicos se confraternizam, em típica comunhão cristã (à la TFP, claro).

E, refutando qualquer crítica, esperam que ardam no inferno todos aqueles que se recusam a frequentar esse "paraíso". Afinal, num país em que não há pobres, o racismo acabou, a saúde e a educação pública são maravilhosas (tudo isso graças aos governos petistas), toda manifestação popular (ainda

que reúna centenas de milhares de pessoas) é obra de coxinhas, partidos radicais de esquerda ou é fruto de manipulação midiática, não há mais homofobia, preconceito social, há democracia na divisão de terras, indígenas e brancos vivem felizes, enfim... Oras, porque é que as pessoas precisam protestar? É claro, só pode ser obra de radicais! Inocentes úteis!

Ah! E o pior: não entendem esses ingênuos que tudo isso só pode contribuir para o retrocesso, para a volta dos tucanos! Porque, claro, esses petistas, assim como os tucanos, com seus umbigos edemaciados, acreditam ser as únicas possibilidades de futuro para o brasileiro (batendo três vezes na madeira). Que Deus nos proteja!

**Welton Oda é professor doutor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB/Ufam). Atua principalmente nos temas ligados ao ensino das ciências, pedagogia universitária e ensino de parasitologia. (Texto publicado originalmente no Blog de Mestre Yoda, no dia 02.06.14).**

## Nacional

## O Plano Nacional de Educação

Naercio Menezes Filho

“Será que esse plano ajudará a Educação brasileira a alcançar os padrões de excelência que a sociedade tanto necessita?”, questiona Naercio Menezes Filho

Recentemente a presidente da República sancionou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diversas metas para a Educação brasileira nos próximos 10 anos. Mas, será que esse plano ajudará a Educação brasileira a alcançar os padrões de excelência que a sociedade tanto necessita?

Provavelmente não. Na verdade, o PNE foi concebido pelos movimentos corporativistas para conseguir transferir mais recursos da sociedade para si próprios, sem que haja cobrança de mais eficiência na aplicação desses recursos. Esse corporativismo fica claro em várias metas. Por exemplo, uma delas diz que 50% dos Professores da Educação básica deverão ter pós-graduação, sendo que atualmente 22% dos Professores têm apenas o Ensino médio, ou seja, somente 78% possuem nível superior.

Outra meta estabelece que o salário dos Docentes deverá se aproximar da remuneração média dos profissionais com esco-

laridade equivalente (nível superior). Isso significaria aumentar o salário médio dos Professores de R\$ 1.874 para R\$ 3.623, ou seja, dobrá-lo. Dado que há 2 milhões de Docentes na Educação básica no Brasil, isso significaria um custo adicional de cerca de R\$ 45 bilhões por ano. Mas, segundo o PNE, haverá recursos disponíveis para isso, uma vez que outra meta estabelece que os gastos totais com Educação deverão atingir 10% do PIB em 2020, partindo de 6,4% em 2012. Em valores atuais, isso significaria gastar cerca de R\$ 180 bilhões a mais com Educação. De onde viriam esses recursos?

Uma boa estratégia é a que estabelece políticas de estímulo às Escolas que melhorarem o desempenho no Ideb

Atualmente, o governo federal é responsável por 20% dos gastos totais com Educação, sendo que suas despesas estão concentradas no Ensino superior (correspondendo a 70% dos gastos nesse nível de Ensino). Sua contribuição para Ensino básico corresponde a apenas 11% do total, que inclui a complementação do Fundeb, o Pronatec e os programas que vão direto para a Escola. Se o PNE for efetivamente colocado em prática, a União será obrigada a complementar os recursos dos Estados e municípios, caso eles



não consigam investir o suficiente para cumprir os padrões mínimos de qualidade, que ainda serão determinados pelo Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Atualmente, o gasto mínimo por Aluno da Educação básica em todo o Brasil depende do crescimento da arrecadação média dos Estados e municípios, que define o montante de recursos do Fundeb, que são investidos na Educação básica. O governo federal complementa o Fundeb com 10% do total arrecadado pelo fundo, para ajudar os municípios mais pobres a atingir esse gasto mínimo. Assim, quando a arrecadação cresce (com o crescimento econômico, por exemplo), o valor do gasto mínimo aumenta.

Mas, o PNE pretende inverter essa lógica, desvinculando o gasto mínimo da arrecadação de impostos. Como os municípios já gastam pelo menos 25% da sua receita de impostos com Educação, será muito difícil aumentar os gastos municipais. Vale notar que vários Estados e municípios já têm dificuldade nos dias de hoje para pagar o piso nacional

de salários, que também é reajustado anualmente de acordo com o crescimento da arrecadação média de impostos.

Assim, a carga maior inevitavelmente recairá sobre o governo federal. Cabe ressaltar que as receitas de royalties do petróleo serão insuficientes para sustentar os gastos requeridos, já que as previsões indicam que elas atingirão no máximo R\$ 134 bilhões em 10 anos, ao passo que para cumprir o PNE seriam necessários R\$ 180 bilhões adicionais todos os anos. Desta forma, essa meta dificilmente será cumprida. O que, diga-se de passagem, não acarretará nenhum tipo de punição, pois as responsabilidades não foram definidas pela lei.

Mas a grande questão é que, mesmo que essa meta fosse cumprida, ela não seria suficiente para alcançar nosso objetivo final, que é melhorar o aprendizado dos Alunos. Aumentar os gastos simplesmente aumenta a mobilização dos movimentos organizados da sociedade para capturar esses recursos. Além dos Professores (que já conseguiram incluir suas demandas

no próprio corpo da lei), as universidades e os funcionários das Creches e das Escolas vão fazer de tudo para capturar esses recursos. Mas, sem cobrança por resultados.

Além disso, várias pesquisas mostram que a abundância de recursos dificulta a aprovação de reformas que melhorem a eficiência do sistema. Um exemplo claro disso são os royalties do petróleo, que geraram receitas extraordinárias para vários municípios brasileiros, aumentaram os gastos com Educação, mas não se refletiram em melhorias nos indicadores educacionais dos municípios beneficiados.

Uma das únicas notícias boas do PNE foi a estratégia incluída pelo Senado federal, que estabelece políticas de estímulo às Escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, “de modo a valorizar o mérito dos Professores, diretores e funcionários”. Ela foi incluída apesar da resistência dos movimentos corporativistas, que são contra a meritocracia. Essa cláusula abre espaço para que as transferências de recursos da União para os Estados e municípios dependam não somente de um suposto índice de Custo Aluno Qualidade, mas também da melhora das Escolas no Ideb e de outros indicadores de efetividade. Essa será a única forma de fazer com que pelo menos uma parte dos recursos beneficie diretamente os Alunos no curto prazo.

**Naercio Menezes Filho, Professor titular - Cátedra IFB e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, é Professor associado da FEA-USP (publicado originalmente no Valor Econômico/SP no dia 18 de julho de 2014)**



# Presidente da Adua avalia positivamente gestão 2012/2014 e aponta precarização como entrave

“Tivemos avanços, limites e desafios para conseguir atingir todos os objetivos almejados pela categoria docente”. É com esta frase que o presidente da Adua, professor José Belizario, no car-

go até o próximo dia 17 de julho, avalia a gestão no biênio 2012/2014. No comando da instituição meses após o término da maior greve já realizada pela categoria docente federal, Belizario avalia como positivo o trabalho

realizado na Adua, nos últimos dois anos, mas também destaca a dificuldade em dialogar com a administração superior e em garantir que o governo federal cumpra os direitos fundamentais dos trabalhadores. Confira!

**Professor: José Belizario**

**Formação:** Professor do Departamento de Filosofia da Ufam, mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba.

**Nos próximos dias, a diretoria da Adua presidida pelo senhor passará a condução desta seção sindical a chapa eleita para o biênio 2014/2016 e encabeçada pelo professor José Alcimar Oliveira. Qual o balanço das atividades desenvolvidas pela atual gestão?**

Fazemos uma avaliação bastante positiva, pois conseguimos dar continuidade aos trabalhos realizados por gestões anteriores, ouvindo a categoria docente e mantendo o respeito pela ADUA, conquistado com muito esforço e lutas pelas diversas gestões que nos antecederam. Tal respeito é fruto da atuação autônoma e democrática, tradição histórica da nossa seção sindical e do nosso ANDES-SN. Conseguimos dialogar com os docentes de Manaus e das unidades fora da sede. Entendemos que tivemos avanços, limites e desafios para conseguir atingir todos os objetivos almejados pela categoria docente. Elencamos, por exemplo, a eleição, posse e reunião histórica com os CRAD (de Manaus e das unidades fora da sede).

**Na avaliação da diretoria, nos últimos dois anos, quais foram as principais bandeiras de lutas defendidas pela Adua, em prol da categoria docente?**

As principais bandeiras foram: a Articulação Política da ADUA, com a realização de Eleição e posse de CRAD, das Unidades Acadêmicas de Manaus e fora da sede: ICET (Itacoatiara), ICSEZ (Parintins), INC (Benjamin Constant) e IEAA (Humaitá) e ISB (Coari), assim como de uma reunião histórica com todos estes, para planejar as ações do sindicato nas unidades da Ufam e aproximar os filiados da ADUA. E a atualização do desconto sindical; a Defesa da Autonomia Universitária, dividida em dois pontos principais, discordância da adesão da Ufam à Ebserh e rejeição a proposta de Lei Orgânica para as universidades federais; e a Formação Política e Sindical dos Associados, por meio de debates sobre temas como saúde dos docentes, precarização do trabalho, humanização do trabalho docente, entre outros.

**Pontos previstos por lei como a concessão de férias a docentes afastados para capacitação, o pagamento de Gratificação Especial de Localidade (GEL) e o direito à aposentadoria especial por insalubridade aos servidores públicos ainda não foram garantidos na Ufam. Por quê? responsabilizar pela educação pública?**

A ADUA não mediu esforços em prol da defesa de direitos fundamentais como estes. Infelizmente, há uma visível orientação do governo federal, juntamente com os seus tentáculos presentes nas universidades para cercear os direitos dos trabalhadores. Em rela-



A principal dificuldade enfrentada é reflexo negativo da cooptação dos sindicatos e movimentos sociais pelo atual governo, que conhece com muita propriedade a dinâmica do movimento



cionais para transporte, hospedagem e alimentação. Enfim, continuamos insistindo para que a Administração Superior da UFAM atenda as demandas dos trabalhadores da educação, não cerceando os direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e na Lei 8.112, conquistados ao longo do ano com muita luta.

**Que dificuldades a diretoria enfrentou para levar a diante o movimento docente?**

A principal dificuldade enfrentada é reflexo negativo da cooptação dos sindicatos e movimentos sociais pelo atual governo, que conhece com muita propriedade a dinâmica do movimento. Nunca se viu na história deste país, durante movimentos paredistas, governo negociando consigo mesmo – fatos que ocorreram nas duas últimas greves dos docentes federais. Vivenciamos um momento de aprofundamento de crise política nas universidades, movida pela realização dos projetos privatistas e individualistas. Acrescentando-se a isso a prática do assédio moral que tem contribuído significativamente com o adoecimento dos docentes, que já estão submetidos às péssimas condições de trabalho. E a UFAM tem se curvado às orientações normativas do MPOG e contraria a legislação vigente, para ‘**não levantar expectativas que não se possam cumprir**’, como se as leis, num estado democrático de direito, não deveriam ser cumpridas. Além disso, o que se coloca de crítica à administração é encarado como contrário ao ‘bom gerenciamento’, ou ‘causar estrago irreparável à gestão’. Porém, qualquer instituição que se reivindica como de “gestão democrática” não alcançará tal reconhecimento se fechando à participação do coletivo, quando essas são críticas.

**Qual a expectativa da atual diretoria em relação à nova gestão?**

A nova gestão, legitimamente eleita com votação significativa, esteve presente acompanhando, apoiando, planejando e executando as ações da ADUA, juntamente com a atual diretoria. Certamente, dará continuidade ao nosso trabalho e terá muito sucesso, em virtude da vasta experiência, comprometimento e responsabilidade de cada novo diretor. A nossa ADUA, continuará cada vez mais “Véia de Guerra” na defesa dos princípios de nossa seção sindical e do ANDES-SN, por uma universidade pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada.





## Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/04/2014 a 30/04/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>66.726,60</b>	<b>66.592,98</b>	<b>100,00%</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>66.726,60</b>	<b>66.592,98</b>	<b>100,00%</b>
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.525,10	66.380,30	99,68%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	177,90	192,18	0,29%
1.1.3	Receitas com Reprografia	23,60	20,50	0,03%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>52.467,50</b>	<b>50.455,97</b>	<b>100,00%</b>
<b>2.1</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>11.723,27</b>	<b>11.706,78</b>	<b>23,20%</b>
2.1.1	Salários	9.234,77	9.494,78	18,82%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.488,50	2.212,00	4,38%
<b>2.2</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS</b>	<b>5.451,93</b>	<b>5.789,30</b>	<b>11,47%</b>
2.2.1	Contribuição INSS	3.968,75	4.036,21	8,00%
2.2.2	Contribuição FGTS	900,58	915,73	1,81%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	112,57	-	0,00%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	470,03	358,55	0,71%
2.2.5	Contribuição Sindical	-	478,81	0,95%
<b>2.3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA</b>	<b>4.881,30</b>	<b>5.932,50</b>	<b>11,76%</b>
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.206,00	2.006,00	3,98%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,59%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,97%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	310,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços Administrativos	165,30	826,50	1,64%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	900,00	800,00	1,59%
<b>2.4</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA</b>	<b>8.451,83</b>	<b>6.580,40</b>	<b>13,04%</b>
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	1.820,00	360,00	0,71%
2.4.2	Serviços Graficos	3.300,00	3.300,00	6,54%
2.4.3	Manutenção de Ar Condicionado	780,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	203,83	1.472,40	2,92%
2.4.5	Serviços de Dedetização	-	-	0,00%
2.4.6	Serviços de Buffet e Eventos	900,00	-	0,00%
2.4.7	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	2,87%
<b>2.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL</b>	<b>15.548,68</b>	<b>15.514,48</b>	<b>30,75%</b>
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.205,76	13.176,68	26,12%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,00	229,50	0,45%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	528,23	527,08	1,04%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.584,69	1.581,22	3,13%
<b>2.6</b>	<b>PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS</b>	<b>2.101,32</b>	<b>1.026,00</b>	<b>2,03%</b>
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	1.557,62	-	0,00%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	183,70	666,00	1,32%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	360,00	360,00	0,71%
<b>2.8</b>	<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>4.223,53</b>	<b>3.834,52</b>	<b>7,60%</b>
2.8.1	Telefone	629,45	615,24	1,22%
2.8.2	Correios/Malotes	1.174,00	-	0,00%
2.8.3	Combustível	340,00	160,00	0,32%
2.8.4	Cartório (Copias e Autenticações)	-	87,60	0,17%
2.8.5	Cartuchos e Toner de Tinta	276,00	-	0,00%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	854,46	130,00	0,26%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	246,74	35,75	0,07%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	64,00	-	0,00%
2.8.9	Assinatura de Jornais/Revistas	-	756,00	1,50%
2.8.10	Despesas com Eleições	500,00	1.897,10	3,76%
2.8.11	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	138,88	152,83	0,30%
<b>2.10</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>85,64</b>	<b>71,99</b>	<b>0,14%</b>
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	85,64	71,99	0,14%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>2.566,80</b>	<b>16.825,90</b>	
RECEITAS		66.726,60	66.592,98	
DESPESAS		(52.467,50)	(50.455,97)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>16.825,90</b>	<b>32.962,91</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		129.818,13	147.405,92	
Aplicação Banco do Brasil		28.774,63	28.966,81	
CAIXA		2.378,52	685,56	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>160.971,28</b>	<b>177.058,29</b>	

## Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/05/2014 a 30/05/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
<b>1</b>	<b>INGRESSOS</b>	<b>66.592,98</b>	<b>66.483,15</b>	<b>100,00%</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>66.592,98</b>	<b>66.483,15</b>	<b>100,00%</b>
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.380,30	66.163,10	99,52%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	192,18	203,15	0,31%
1.1.3	Receitas com Reprografia	20,50	116,90	0,18%
<b>2</b>	<b>SAÍDAS</b>	<b>50.455,97</b>	<b>52.423,49</b>	<b>100,00%</b>
<b>2.1</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>11.706,78</b>	<b>13.107,14</b>	<b>25,00%</b>
2.1.1	Salários	9.494,78	10.895,14	20,78%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.212,00	4,22%
<b>2.2</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS</b>	<b>5.789,30</b>	<b>5.177,50</b>	<b>9,88%</b>
2.2.1	Contribuição INSS	4.036,21	3.845,65	7,34%
2.2.2	Contribuição FGTS	915,73	878,50	1,68%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	-	109,81	0,21%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	358,55	343,54	0,66%
2.2.5	Contribuição Sindical	478,81	-	0,00%
<b>2.3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA</b>	<b>5.932,50</b>	<b>5.096,00</b>	<b>9,72%</b>
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	2.006,00	1.476,00	2,82%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,53%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,86%
2.3.4	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	-	420,00	0,80%
2.3.5	Serviços Administrativos	826,50	-	0,00%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	800,00	900,00	1,72%
<b>2.4</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA</b>	<b>6.580,40</b>	<b>1.871,83</b>	<b>3,57%</b>
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	360,00	220,00	0,42%
2.4.2	Serviços Graficos	3.300,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	1.472,40	203,83	0,39%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.448,00	1.448,00	2,76%
<b>2.5</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL</b>	<b>15.514,48</b>	<b>15.463,44</b>	<b>29,50%</b>
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.176,68	13.133,36	25,05%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	229,50	228,75	0,44%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	527,08	525,33	1,00%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.581,22	1.576,00	3,01%
<b>2.6</b>	<b>PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS</b>	<b>1.026,00</b>	<b>4.561,38</b>	<b>8,70%</b>
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	2.849,38	5,44%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	666,00	372,00	0,71%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	360,00	1.340,00	2,56%
<b>2.8</b>	<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>3.834,52</b>	<b>6.886,18</b>	<b>13,14%</b>
2.8.1	Telefone	615,24	476,34	0,91%
2.8.2	Correios/Malotes	-	659,47	1,26%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	-	149,50	0,29%
2.8.4	Combustível	160,00	350,00	0,67%
2.8.5	Cartório (Copias e Autenticações)	87,60	8,10	0,02%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	130,00	907,51	1,73%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	35,75	245,28	0,47%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	-	68,00	0,13%
2.8.9	Assinatura de Jornais/Revistas	756,00	-	0,00%
2.8.10	Despesas com Eventos	-	695,46	1,33%
2.8.11	Despesas com Floricultura	-	200,00	0,38%
2.8.12	Despesas com Paralisação Nacional	-	402,66	0,77%
2.8.13	Despesas com Eleições	1.897,10	2.622,60	5,00%
2.8.14	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	152,83	101,26	0,19%
<b>2.10</b>	<b>ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>71,99</b>	<b>260,02</b>	<b>0,50%</b>
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	71,99	36,00	0,07%
2.10.2	IRRF s/Aplicações Financeiras	-	224,02	0,43%
<b>QUADRO RESUMO</b>				
<b>SALDO ANTERIOR</b>		<b>32.962,91</b>	<b>49.099,92</b>	
RECEITAS		66.592,98	66.483,15	
DESPESAS		(50.455,97)	(52.423,49)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>49.099,92</b>	<b>63.159,58</b>	
Banco do Brasil S/A C/C		147.405,92	162.106,53	
Aplicação Banco do Brasil		28.966,81	28.945,94	
CAIXA		685,56	64,48	
<b>SALDO ATUAL DISPONIVEL</b>		<b>177.058,29</b>	<b>191.116,95</b>	



## Documentários

# Festival Amazonas de Jazz oferta 450 vagas para oficinas e workshops

O “Tango Moderno e o “Jazz Escandinavo” foram os temas dos workshops que o pianista Diego Schissi e Ro Stenson apresentaram na manhã do dia 28

**A** amantes da música interessados em compartilhar experiências e conhecer de perto as técnicas e a carreira de grandes nomes da música contemporânea nacional e internacional participaram de 26 de junho a 1º julho de oficinas, workshops e palestras do IX Festival Amazonas Jazz (FAJ), em Manaus. No total, 450 vagas foram ofertadas para os encontros realizados, no Centro Cultural Palácio da Justiça, na Avenida Eduardo Ribeiro, no Centro, sempre às 9h.

Artistas como o percussionista brasileiro Naná Vasconcelos, o saxofonista cubano Felipe Lamoglia e o pianista sueco Bo Stenson estiveram entre os

‘apresentados’ aos participantes.

Radicado nos Estados Unidos, o trompetista carioca Cláudio Roditi abriu a programação com um workshop voltado principalmente a estudantes, profissionais da área, músicos e o público em geral.

No dia 27, foi a vez do cubano radicado em Miami (EUA) e vencedor do Grammy, Felipe Lamoglia, uma das principais atrações do festival de 2013, que voltou à cidade para ministrar oficina e dividir as atenções com seu conterrâneo Dafnis Prieto, jovem baterista que em um curto período de tempo revolucionou e teve um forte impacto na cena musical latina e jazzística com suas técnicas.

O “Tango Moderno” e o “Jazz Escandinavo” foram os temas dos workshops que os pianistas Diego Schissi (Argentina) e Bo Stenson (Suécia) apresentaram na manhã do dia 28.

Exímios instrumentistas de épocas diferentes, os músicos irão traçar um verdadeiro panorama da música de seus países e sobre sua influência no cenário musical mundial.

Encerrando o IX Festival Amazonas



Os encontros tiveram o Palácio da Justiça como cenário

Jazz, no palco do Teatro Amazonas, o pernambucano Naná Vasconcelos também fechou a programação acadê-

mica do evento com uma oficina que reuniu milhares de pessoas na manhã do dia 30.

## Vale a pena ver

**Título Original:** Junho: o mês que abalou o Brasil  
**Gênero:** Documentário  
**País de Origem:** Brasil  
**Ano:** 2014

O roteiro estava escrito e pronto para ser rodado: algumas das principais seleções desembarcariam no Brasil para estrelar a Copa das Confederações, realizada em suntuosas arenas especialmente construídas (ou reformadas) para apresentar tamanho espetáculo ao mundo. Entretanto, algo estava fora do script. Em diversas cidades do país, milhares iam às ruas para protestar. Contra o aumento das tarifas do transporte público, contra os partidos, contra a FIFA, contra tudo. O sinal amarelo foi imediatamente ligado e, em certos momentos, o vermelho piscou. Algo acontecia, inesperado para quem protestava e também para quem era alvo dos protestos. O que fazer?

Um ano depois das manifestações ocorridas durante a Copa das Confederações, chega ao circuito comercial o documentário Junho - O Mês que Abalou o Brasil. De título preciso, o filme a princípio pode soar oportunista. Não apenas pelo aniversário dos eventos, mas também por ser lançado às vésperas da Copa do Mundo, cuja magnitude pode atrair situações parecidas ou até maiores, e também como tentativa de influenciar um complicado ano eleitoral. Entretanto, o pré-conceito se desfaz no decorrer do filme dirigido por João Wainer, um relato abrangente e plural sobre o que aconteceu no período.

Bastante didático, Junho segue os acontecimentos de forma cronológica, apresentando as queixas e os fatos dia após dia. Do Movimento Passe Livre ao caos do transporte público nas grandes metrópoles. Da truculência policial à formação educacional (e histórica) da população. Do #vempruarua aos diferentes grupos que, cada um com seus interesses, ampliaram a gama de reclamações sobre o status quo. Das redes sociais ao jornalismo-cidadão, produzido no olho do furacão.

Das críticas à imprensa à reviravolta realizada por alguns veículos de comunicação. Tanta diversidade fez com que um manifestante não pensasse duas vezes antes de dizer: “O Partido dos Loucos foi criado”.

De loucura, é claro, não há nada. Mas impressiona a imensa quantidade de temas que se misturaram naquelas semanas de eventos intensos e explosivos, ainda mais quando analisados com um certo distanciamento. É bem verdade que ainda é cedo para se ter plena noção do impacto das manifestações na sociedade brasileira, o máximo que se pode ter é a noção de consequências imediatas, importantes mas que tendem a se perder em um contexto histórico a longo prazo. Junho, o documentário, tem como grande mérito a recriação deste “caos temático”. Mesmo sem se aprofundar tanto em cada um dos assuntos abordados, eles são lembrados de forma a justificar o porquê de terem vindo à tona. E, neste ponto, vem o trunfo do filme: a edição.

Diante da enxurrada de imagens produzidas sobre as manifestações, houve um trabalho minucioso que fez com que, em meio às explicações diárias, surjam verdadeiras pérolas. Como a conversa entre um manifestante mascarado e um policial, cada um apresentando seu ponto de vista sobre o evento. Ou a análise sobre o uso de balas de borracha, aproveitando uma oportuna associação com o método de atuação da polícia nas periferias. São momentos que, por si só, revelam mais do que qualquer narração em off e que retratam tão bem o descontentamento geral existente naquele momento.

Com tanto material em mãos, Junho consegue ser uma bela síntese sobre o que foram as manifestações de 2013 em suas várias fases.

**Francisco Russoé jornalista, crítico de cinema brasileiro e diretor de conteúdo do site de entretenimento AdoroCinema. Leia o artigo na íntegra em <http://www.adorocinema.com>.**



## Vale a pena ler

**Livro:** Capital no século XXI  
**Editora:** Intrínseca  
**Autor:** Thomas Piketty  
**Nº de páginas:** 768  
**Valor:** R\$ 39,90

A publicação da tradução para o inglês do livro de Thomas Piketty, professor de Economia Política na Universidade de Paris (originalmente publicado em francês há um ano), foi um fenômeno em si. É a primeira vez nos últimos trinta anos que um livro econômico gerou tanto interesse nos lados do Atlântico Norte, chegando inclusive a ser bestseller na lista do New York Times.

Com uma escrita amena, o livro explica e documenta a enorme concentração da riqueza, isto é, da propriedade do capital que existiu durante os últimos trinta anos, alcançando níveis praticamente sem precedentes. Com uma narrativa facilmente acessível, explica de forma detalhada as características dessa concentração nos países capitalistas mais ricos, fornecendo abundantes informações sobre a evolução das distintas formas de propriedade, e observando que o nível de concentração dessa riqueza, assim como o nível da riqueza, alcançou dimensões tamanhas, que garantiu sua própria reprodução. Assim, passa de pais para filhos, estabelecendo-se uma nova oligarquia mantida pelos poderes do Estado, que asseguram sua continuidade no cenário econômico, político e social de cada país.

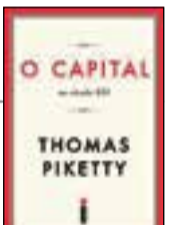
Seu grande sucesso se deve a vários fatores. Um deles é que o nível de tolerância popular em relação à existência das desigualdades alcançou um patamar elevadíssimo de desaprovção. Nos países da União Europeia, por exemplo, a porcentagem da população de seus países-membros que considera que as desigualdades são muito elevadas é de 78% – número surpreendentemente quase idêntico aos EUA (72%). As pessoas estão fartas dos super ricos. E o que é pior para os super ricos é que as pessoas não acreditam que a hierarquia social esteja baseada na meritocracia. Isto é, as pessoas não

acreditam que os super ricos mereçam ser super ricos, pois não estão onde estão devido ao mérito (isto é, por merecerem), mas a toda uma série de circunstâncias que não têm nada a ver com seu mérito – entre elas, ter nascido super rico.

Não surpreende, portanto, que o elogio quase unânime por parte de autores e formadores de opinião progressistas (entre eles, o prêmio Nobel de Economia Paul Krugman) tenha recebido ataques furiosos dos porta-vozes dos super ricos, como o Wall Street Journal (o instrumento do capital financeiro nos EUA), que o definiu como um “panfleto comunista”. Como era de se prever, alguns gurus neoliberais, com ou sem seus termos chamativos, também acrescentaram suas críticas com maior ou menor estridência. Deixo para o autor responder (caso prefira fazê-lo) essas críticas, o que será muito fácil, pois têm escasso valor argumentativo e a baixa densidade intelectual.

Mas o fato de ser um livro que despertou enorme interesse (eu o recomendo e também utilizei em minhas aulas) não exclui a necessidade de criticá-lo – não tanto por aquilo que o livro diz, mas pelo que não diz. Na realidade, o que ele não diz limita a compreensão e, portanto, a utilidade do livro. E vou direto ao ponto. O problema do livro é que parece não perceber que não é possível entender o mundo do capital sem entender o mundo do trabalho, nem tampouco como os dois se relacionam entre si. Ai está o ponto fraco do livro. (Por certo, há também outras críticas, mas de caráter metodológico – como a definição do capital –, como fizeram autores como James Galbraith, e às quais não farei referência. Minha crítica não é metodológica, mas conceitual e empírica).

**Vicenc Navarro é catedrático de Ciência Política e Políticas Públicas na Universidade Pompeu Fabra, e Professor de PublicPolicy na The Johns Hopkins University. Leia o artigo na íntegra no site <http://www.cartamaior.com.br>.**



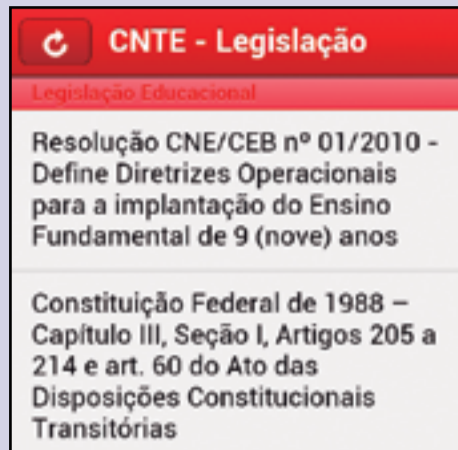


## Dicas da web

### Legislação da Educação Básica na palma da mão

Todos os volumes da legislação da educação básica brasileira agora cabem na palma da sua mão após o lançamento do aplicativo 'Legislação CNTE' pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A ferramenta, que permite acessar, de maneira fácil e a qualquer momento as leis que existem sobre o assunto no Brasil disponibiliza mais de cem leis, pareceres e resoluções, com atualização automática.

Gratuito, o aplicativo pode ser baixado para os sistemas android e ios nas lojas



Google Play (<https://play.google.com/store/apps/details?id=info.venom.cnte.LegislacaoCNTE>) e App Store.

### Ferramenta permite denunciar violência contra menores

Desenvolvido pela Unicef, o Proteja Brasil é um aplicativo para iPhone ou celular com sistema Android destinado a facilitar denúncias e informar sobre violência contra crianças e adolescentes.

A partir do local onde o usuário está, o Proteja Brasil indica telefones e endereços e o melhor caminho para chegar a delegacias especializadas de infância. O aplicativo, gratuito está disponível na App store (<https://itunes.apple.com/br/app/proteja-brasil/id661714677?mt=8>).



apple.com/br/app/proteja-brasil/id661714677?mt=8

## Comentários

### Andrea Costa

Enquanto os ônibus ou motoristas malucos e na contra-mão não matarem alguém em frente aos blocos da FCA, no Mini Campus, não haverá alargamento da pista nem redutor de velocidade. Só correrão atrás depois da tragédia. Foi assim quando os alunos da UFAM morreram na queda de um avião a caminho do interior pra ajudar com urnas em uma eleição, foi assim com a morte de um professor e uma aluna na estrada AM 010, quando o ônibus da UFAM foi entregue a um funcionário da Rudary não capacitado!! Ufam sempre melhor!! (Sobre o aumento de 360% do número de acidentes de trânsito na Ufam, no ano passado)



### Euclides Luis

Uma tragédia maior só não aconteceu ainda porque Deus existe! Os ônibus integração, 125, 616 e 352 só andam lotados, e sem falar na imprudência dos motoristas que andam em alta velocidade sem se preocupar com as pessoas, levam como se fosse bois, completa falta de segurança, e o que a reitoria faz em relação a isso? ABSOLUTAMENTE NADA! (Sobre a constante ocorrência de acidentes de trânsito na Ufam)



### Antonio P. Oliveira

Parabéns aos companheiros da nova diretoria. Faço votos que seja uma gestão vitoriosa e que conduza a nossa categoria a muitas conquistas. (Sobre a escolha da nova diretoria da Adua, eleita com 261 votos)



### Tiago Sartt

Que bonito, movimento estudantil em peso nas mesas!! prestando apoio a categoria amiga. (Sobre a participação dos alunos como mesários no pleito do ANDES-SN e Adua, gestão 2014-2016)



### Magela Ranciaro

Acredito, INTEGRALMENTE, nesse MOVIMENTO! Bravos guerreiros!!! (sobre o Dia Nacional de Paralisação dos Docentes das IFE, em 21 de maio)



### João Lucas Novaes

Ministério da Educação, Dilma Rousseff esperamos ver o posicionamento de vocês. A sociedade precisa de EDUCAÇÃO (sobre o Dia Nacional de Paralisação dos Docentes das IFE, em 21 de maio)



### Emmanuelle Mourão

Amém! Que assim seja com todos os contratos ilícitos firmados com a UFAM! Que esse seja só o começo!!! (sobre a determinação do TCU para que a Ufam anule um contrato firmado com uma empresa de reprografia, devido irregularidades licitatórias)



## boas lições



### MPF/AM entra com ação para garantir educação a índios Apurinã de Boca do Acre

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com ação civil pública na Justiça Federal, pedindo em caráter liminar, que a União, o Estado do Amazonas e o município de Boca do Acre (distante 1.028 quilômetros de Manaus), providenciem, no prazo de 60 dias, a correta prestação de serviços de educação ao povo da terra indígena Apurinã. Itens como a adequação de processos próprios de aprendizagem, a contratação de professores e a elaboração de material didático com conteúdos relacionados aos conhecimentos do povo indígena integram a solicitação.

Imposta após realização da 6ª edição do Projeto MPF na Comunidade, na qual uma reunião com a Secretaria de Educação do Município de Boca do Acre foi realizada, em

janeiro de 2014, a ação visa sanar os problemas estruturais das escolas reconhecidos pela própria secretaria de educação municipal.

Em reunião com o MPF/AM, a Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jmamadi de Boca do Acre/AM (OPIAJBAM) relatou os graves problemas enfrentados na educação indígena, entre eles a precariedade da infraestrutura das escolas, a carência na merenda escolar fornecida pela prefeitura e a falta de professores de língua indígena.

Segundo a ação, a escola presente na comunidade funciona em uma casa em péssimas condições de conservação, correndo sério risco de desabamento. "O corpo docente visivelmente não atende às necessidades dos alunos, sendo que nestes casos é comum a utilização de turmas

multisseriadas, ou seja, vários alunos de idades e graus de escolarização estudam juntos na mesma sala, muitas vezes sob o apoio de um único professor", afirmou na ação o procurador da República Julio José Araujo Junior, destacando os prejuízos acarretados pela prática.

O MPF/AM fixou o prazo de 60 dias para que as esferas elaborem o projeto de construção de uma nova escola e de 180 dias para que concluam a construção de uma outra, na aldeia Camapã da Terra Indígena Apurinã, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. Foi pedido ainda o direcionamento de subsídios para a merenda escolar, sob pena de sequestro de verbas, e a contratação e capacitação, de no mínimo, quatro professores indígenas, em até 60 dias.